



Raízen terá que explicar depósito

Justiça mantém bloqueio parcial e Raízen terá de explicar conexão com lavagem de dinheiro

Em um mundo globalizado e regido por regras de compliance, a grave conexão entre a Raízen e o doleiro e empresário Victor Shimada está no fato de que uma conta da gigante de energia recebeu uma transferência financeira de uma empresa de fachada vinculada a um esquema bilionário de lavagem de dinheiro e tráfico internacional de drogas. O caso envolve cifras bilionárias, sanções internacionais e risco reputacional para a companhia. A Raízen, que integra o ICL - Instituto Combustível Legal prova do próprio veneno que usou com outras distribuidoras para diminuir a concorrência no mercado.

Bloqueio parcial continua

A Justiça de São Paulo incluiu a Raízen em uma decisão de bloqueio solidário de bens de R\$ 10,3 bilhões. Inicialmente, as contas bancárias da Raízen foram bloqueadas, gerando um forte alerta no mercado. Após a defesa da companhia apresentar comprovantes, a Justiça revogou a ordem de bloqueio dos R\$ 10 bilhões, restringindo a disputa ao valor específico rastreado. Na prática, a empresa continua com um valor bloqueado em um processo de lavagem de dinheiro.

PF comprova depósito

Um laudo da Polícia Federal confirmou que a Raízen recebeu R\$ 120 mil de uma empresa chamada Hi Quality Importação Comércio e Distribuição Ltda.. A PF aponta essa empresa como parte da rede utilizada por Victor Shimada para ocultar recursos ilícitos.

Elo com facções

Victor Shimada foi alvo de duras sanções pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos (OFAC), acusado de lavar mais de US\$ 30 milhões e atuar como elo entre traficantes na Flórida e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Ele é considerado foragido internacional e está na lista vermelha da Interpol.

Dinheiro misturado

O nome de Victor Shimada também surgiu em investigações sobre desvios no caso do patrocínio da VaideBet com o Corinthians e em fraudes contra o Banco Votorantim. Para os investigadores, transferir recursos para contas de corporações gigantescas e idôneas é uma tática comum de criminosos. O objetivo é misturar o “dinheiro sujo” com o fluxo legítimo de bilhões da empresa, dificultando o rastreamento policial.

Raízen se defende

A Raízen declarou formalmente que não possui qualquer envolvimento com o esquema criminoso ou com as atividades de Victor Shimada. A empresa provou à Justiça que o recebimento dos R\$ 120 mil foi a quitação de uma operação comercial legítima e regular de seu portfólio de negócios. A companhia reforçou que opera de forma ética e transparente, colaborando com as autoridades para isolar o caso. O mercado credita o afrouxamento das suas regras de compliance à crise financeira que a companhia atravessa.

Efeito nos EUA

A decisão judicial pode afetar indiretamente a Raízen nos Estados Unidos, principalmente devido ao rigor do sistema regulatório americano em relação à lavagem de dinheiro e ao perfil criminal do alvo envolvido. Como Victor Shimada é alvo direto de sanções do Departamento do Tesouro dos EUA (OFAC) por supostamente usar o sistema financeiro americano para lavar dinheiro do narcotráfico e do PCC, qualquer conexão com ele liga um sinal de alerta em solo americano.

Conexão existiu

A OFAC proíbe terminantemente qualquer cidadão ou empresa dos EUA de fazer negócios, direta ou indiretamente, com indivíduos sancionados. Embora o valor recebido pela Raízen tenha sido baixo (R\$ 120 mil) e decorrente de uma operação comercial legítima, o governo americano monitora transações globais que envolvam alvos de suas sanções. A Raízen precisará provar rigidamente ao mercado internacional que seus mecanismos de auditoria interna (compliance) e de checagem de clientes (Know Your Customer - KYC) são infalíveis para evitar sanções secundárias.

Nuvem de suspeição

O ICL - Instituto Combustível Legal criou e incentivou a formação de uma nuvem de suspeição no mercado brasileiro de combustíveis. A sua associada Raízen enfrenta um momento financeiro delicado, com endividamento alto e um processo de recuperação extrajudicial. Para rolar suas dívidas e atrair novos investidores, a empresa depende de crédito internacional e de bancos estrangeiros.

Risco para os sócios

Para a Cosan, de Rubens Ometto, e os executivos da Shell, o episódio foi visto como um ruído de altíssimo risco, pois uma ordem de restrição financeira de R\$ 10 bilhões poderia ter implodido o acordo com os credores às vésperas da homologação. A pronta resposta da equipe jurídica de Ometto em comprovar a origem lícita e comercial dos R\$ 120 mil foi crucial para garantir que a decisão do dia 30 de julho não fosse afetada. Porém o bloqueio judicial continua e precisa ser esclarecido a justiça.

BTG aliviado

Para o BTG, a rápida resolução judicial, ainda que parcial, que derrubou o bloqueio bilionário foi um alívio. Como o banco aceitou trocar bilhões em dívidas por ações da Raízen, qualquer risco de contaminação por lavagem de dinheiro que fizesse os papéis derreterem na Bolsa destruiria o valor do novo patrimônio do banco. A blindagem jurídica da operação comercial de R\$ 120 mil garantiu que o BTG se tornasse sócio de uma empresa saneada financeiramente e livre de entraves criminais judiciais.

Petrobras em alerta

Pelas regras internas da Diretoria de Governança e Conformidade da Petrobras, qualquer sinal de lavagem de dinheiro exige a abertura de um procedimento de due diligence (análise de risco). Se a Petrobras fechar os olhos para transações suspeitas da Raízen, uma de suas maiores clientes de combustível, ela pode ser acusada por agências reguladoras dos EUA de negligência em sua cadeia de suprimentos, o que afetaria negativamente o valor de suas próprias ações. Por isso, a ordem interna na estatal é exigir relatórios de auditoria ainda mais profundos de toda a governança da Raízen nos próximos meses.



Para analistas, Trump já estaria interferindo nos assuntos internos

‘Ação militar é improvável, mas intervenção já começou’

Ao Correio, especialistas avaliam desgaste entre Brasil e Estados Unidos

Por **Gabriela Gallo**

O Departamento de Estado dos Estados Unidos (EUA) publicou nesta terça-feira (11) um vídeo em suas redes sociais lembrando a Doutrina Monroe e afirmando que o domínio do país sobre o Hemisfério Ocidental “nunca mais será questionado”.

A medida aparenta demonstrar que o governo norte-americano está “subindo o tom” e levanta o questionamento de uma possível intervenção dos EUA no Brasil, especialmente após as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) passarem a ser enquadradas como terroristas. Contudo, para especialistas em direito internacional ouvidos pelo Correio da Manhã, as chances são baixas.

Para a especialista em direito internacional e professora da Estácio Carolina Montolli uma eventual intervenção militar no Brasil “representaria ruptura gravíssima da ordem jurídica internacional”, o que resultaria em consequências demasiadamente pouco vantajosas para os americanos.

CARTA DA ONU

“A Carta da ONU proíbe como regra a ameaça ou uso da força contra a integridade

territorial ou a independência política de outro estado. As exceções clássicas são essencialmente legítima defesa ou autorização do Conselho de Segurança.

Além disso, o Brasil possui dimensões territorial, econômica, populacional e diplomática, que tornam qualquer hipótese militar extremamente custosa.

Haveria repercussões no sistema interamericano, na ONU, nos mercados financeiros, nas cadeias produtivas e nas relações dos Estados Unidos, como a América Latina e outros atores internacionais”, destacou Montolli para o Correio.

Em conversa com a reportagem, a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes concordou que uma intervenção militar é pouco provável e, caso ocorra, será como um último recurso. Contudo, na avaliação da especialista, uma “intervenção” em um sentido mais amplo e contemporâneo – que pode ser aplicada de maneira econômica, diplomática, política, informacional ou institucional – é possível considerar que “alguns limites tradicionais das relações entre Estados já começaram a ser ultrapassados”.